

GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIS

Maria Wanessa do Nascimento Barbosa Franco – UFRN
wanessabfranco@gmail.com

Alda Maria Duarte Araújo Castro – UFRN
aldacastro01@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir sobre as implicações do modelo de governança corporativa no trabalho docente das Instituições de Ensino Superior (IES) privado-mercantis no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como referência os estudos relacionados à gestão corporativa na ótica de autores como Berle e Means (1932), Rossetti (2011) e Ruas e Oliveira (2006), sendo analisadas as práticas de governança, segundo orientações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). No que se refere ao trabalho docente, foram considerados as concepções de autores, como: Antunes (2020) e Maués (2010). Conclui-se que as instituições privado mercantis, ao assumir a governança corporativa, adotam políticas que flexibilizam e precarizam o trabalho docente.

Palavras-chave: Governança corporativa. Trabalho docente. Instituições de ensino superior privado-mercantis.

INTRODUÇÃO

Segundo as bibliografias utilizadas, observa-se que a educação superior teve um grande crescimento de matrículas no setor privado. Embora o número de matrículas desse segmento sempre tenha sido expressivo na educação superior brasileira, a partir do ano de 2007, é intensificado, quando Instituições de Ensino Superior (IES) privadas entram no mercado de Bolsa de Valores, através da oferta pública de ações. Associado a esse fenômeno as IES passam a incorporar modelos de organização cada vez mais mercantilizados, o que já ocorre desde os anos 1990, com a adesão do Estado brasileiro à

economia financeirizada (KATO, CHAVES e MEGUINS,2020), adotando características primordiais da governança corporativa.

CONCEPÇÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os primeiros estudos sobre a governança corporativa surgem através de Adolf Berle e Gardiner Means (1932), que apontam em suas pesquisas a necessidade de implementar a adoção de novas práticas por parte dos gestores e a urgência de fazer com que prevaleça o interesse dos principais acionistas. Para eles, a forma de estruturação da propriedade com base na comercialização em mercado aberto, separa duas funções antes exercidas pelos proprietários: a propriedade e o controle. No modelo de governança corporativa o controle das empresas deve ser exercido por profissionais de alto índice de performance, de forma que prepare todo “o corpo da administrativo” da instituição a trabalhar com metas e produtividade.

Na contemporaneidade, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é o responsável por elucidar os princípios básicos da governança corporativa no Brasil. Segundo o IBGC a governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas, para isso têm-se o conjunto de Boas práticas indicado pelo instituto para uma melhor organização do modelo de governança corporativa.

Para o IBGC o conjunto de boas práticas transforma princípios básicos em indicações e sugestões, que acabam por alinhar os múltiplos interesses, tendo por finalidade preservar e otimizar o valor econômico institucional, auxiliando sua aproximação e abertura de portas a recursos, possibilitando também uma evolução, a longo prazo (IBGC, 2015). A partir dessa prática de otimizar o valor econômico institucional, percebe-se, que um dos enfoques do modelo de governança corporativa é: o aumento do valor das ações dessas instituições, possibilitando que essas IES não dependam única e exclusivamente das mensalidades dos estudantes. As boas práticas são consideradas imprescindíveis no contexto das empresas gerenciadas pela governança corporativa, visto que um dos objetivos dessas instituições privado-mercantis é conquistar a confiabilidade no mercado de capitais para assim aumentar a chance de atrair novos investidores. (ROSSETTI, 2004).

IMPLICAÇÕES DO MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TRABALHO DOCENTE DAS IES PRIVADO MERCANTIS BRASILEIRAS

Na sociedade contemporânea o mundo do trabalho tem passado por intensas modificações que se associam ao processo de estagnação do sistema capitalista. Essas transformações também influenciam dentro do cenário educacional brasileiro, o que pode ser percebido por um forte enfoque num trabalho racionalizado, que não considera as relações sociais e contexto de vida, dos docentes e dos discentes. Essa situação ganha ainda mais força ao acrescentarmos o modelo de governança corporativa, como forma central de gerenciamento das instituições privado-mercantis. O novo modelo de acumulação flexível impacta no trabalho docente à medida em que permite a flexibilização do trabalho, precarização, a perda direito, entre outros fatores.

O cenário atual é de [...] instabilidade, flexibilidade e perda de direitos e garantias sociais[...] (AQUINO, 2008, p. 169). São características como essas que, cada vez mais, apontam para a desvalorização e intensificação do trabalho docente. É perceptível o processo de aceleração do ritmo de trabalho docente, por intermédio do produtivíssimo acadêmico, a diminuição dos prazos e aumento do volume de tarefas que precisam ser desempenhadas. Esse movimento acaba apontando para um processo de precarização.

A precarização do trabalho docente obriga a extensão da jornada de trabalho, o aumento das residências de professores, diminuição de professores com dedicação exclusiva, entre outros fatores, causando consequências físicas e psicológicas. A precarização do trabalho docente é caracterizada como o desmonte dos direitos trabalhistas, principalmente, por conta do grande aumento de contratos temporários (ANTUNES, 2020).

No trabalho docente, a governança corporativa adota estratégias racionalizadoras, reducionanistas, otimizadoras e padronizadoras (RUAS E OLIVEIRA, 2016), o que vai impactar diretamente no papel social da educação. A governança corporativa surge como uma estratégia de retomada dos alicerces da empresa capitalista, diante do contexto de mundialização do capital.

O trabalho docente sofre diversos ataques que prejudicam diretamente a educação superior. Ataques que não levam em consideração a categoria do trabalho docente, aqui entendida como um processo em construção continua que acontece ao longo da formação e atuação docente, caracterizando-se como espaço de construção do ser professor, congregando

valores, saberes e conhecimentos entremeados por exigências do campo econômico, político e social.

Esse entendimento corrobora com a teoria de Maués (2010) de forma a evidenciar que a categoria trabalho docente não pode ser analisado apenas por um viés, a mesma deve ser pensada levando em consonância aspectos conjunturais e estruturais da sociedade. A análise da categoria precisa estar articulada com as alterações na política e economia.

CONCLUSÕES

A governança corporativa, fortemente implementada, nas IES privado-mercantis, sofre interferências diretas da financeirização da economia. As IES são quase que obrigadas a assumirem esse modelo de gerenciamento, que causa muitos embates diante das alterações pedagógicas e de gestão institucional, passando a ser organizadas pensando inteiramente na projeção de lucros, transparência total do seu financeiro para os acionistas e composição de conselho administrativo.

Todos trabalhando com o objetivo central de gerir a empresa com a finalidade de maximizar suas ações no mercado, excluindo a importância da qualidade social e humana da educação. A partir desse reordenamento do espaço acadêmico, de forma a torná-lo, cada vez mais rentável, o trabalho docente luta para sobreviver em meio a um contexto de demissões, rebaixamento de salários, falta de incentivos à titulação, monitoramento exacerbado, ausência de pesquisas e inexistência de movimentos sindicais, que além dos danos aos docentes, provocam uma grande perda da socialização do saber acadêmico.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C. **O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social.** O Público e o Privado, v. 11, p. 169-178, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **A morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade.** In: NUEVA SOCIEDAD ESPECIAL EM PORTUGUÊS. Buenos Aires, Argentina, pp. 44-59, Junho 2012, Disponível em: <http://www.nuso.org>. Acesso em: Nov. 2020.

KATO, Fabíola B. G., CHAVES, Vera L. J., MEGUINS, Rosimê da Conceição. Dossiê Especial O Trabalho no Ensino Superior. **O Modelo de Governança Corporativa na Educação Superior e as Repercussões no Trabalho Docente: Um estudo de caso.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, vol. 28, nº 9.

MAUÉS, O. (2010). **Trabalho docente na educação superior**. In: Dicionário trabalho, profissão e condição docente. *Gestrado*, UFMG. <https://doi.org/10.1590/s0104-40602010000400007>